



ESPORTE, INCLUSÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Resumo

A Educação Física consolidou-se, nas últimas décadas, como área estratégica para a promoção da saúde, da inclusão social e do desenvolvimento humano, tendo o esporte como uma de suas principais ferramentas de intervenção pedagógica e sociocultural. Apesar desse reconhecimento, persistem desafios significativos relacionados à formação profissional dos educadores físicos para atuação em contextos inclusivos, especialmente no atendimento às pessoas com deficiência e a outros grupos historicamente marginalizados. Analisar criticamente a relação entre esporte, inclusão e formação profissional em Educação Física, discutindo os limites e as potencialidades da formação inicial e continuada na construção de práticas esportivas inclusivas. Pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em revisão narrativa da literatura científica nacional e internacional e análise documental de marcos legais e normativos publicados entre 2019 e 2025. Os estudos analisados evidenciam que o esporte, quando orientado por profissionais qualificados e fundamentado em princípios inclusivos, contribui significativamente para a participação social, a equidade e a valorização da diversidade humana. Contudo, identificam-se lacunas estruturais e pedagógicas na formação profissional em Educação Física, especialmente no que se refere à Educação Física inclusiva e ao paradesporto. Conclui-se que o fortalecimento da formação profissional em Educação Física é condição indispensável para a efetivação de práticas esportivas inclusivas, exigindo currículos mais integrados, formação continuada sistemática e articulação com políticas públicas.

Palavras-chave: Educação Física; Esporte; Inclusão; Formação profissional.

SPORT, INCLUSION AND PROFESSIONAL TRAINING IN PHYSICAL EDUCATION

Abstract

In recent decades, Physical Education has consolidated itself as a strategic area for promoting health, social inclusion, and human development, with sport as one of its main tools for pedagogical and sociocultural intervention. Despite this recognition, significant challenges persist regarding the professional training of physical education teachers to work in inclusive contexts, especially in serving people with disabilities and other historically marginalized groups. To critically analyze the relationship between sport, inclusion, and professional training in Physical Education, discussing the limits and potential of initial and continuing training in the construction of inclusive sports practices. Qualitative research, exploratory and descriptive in nature, based on a narrative review of national and international scientific literature and documentary analysis of legal and normative frameworks published between 2019 and 2025. The studies analyzed show that sport, when guided by qualified professionals and based on inclusive principles, contributes significantly to social participation, equity, and the appreciation of human diversity. However, structural and pedagogical gaps are identified in professional training in Physical Education, especially with regard to inclusive Physical Education and Paralympic sport. It is concluded that strengthening professional training in Physical Education is an indispensable condition for the implementation of inclusive sports practices, requiring more integrated curricula, systematic continuing education and articulation with public policies.

Keywords: Physical Education; Sport; Inclusion; Professional training.



DEPORTE, INCLUSIÓN Y FORMACIÓN PROFESIONAL EN EDUCACIÓN FÍSICA

Resumen

En las últimas décadas, la Educación Física se ha consolidado como un área estratégica para la promoción de la salud, la inclusión social y el desarrollo humano, siendo el deporte una de sus principales herramientas de intervención pedagógica y sociocultural. A pesar de este reconocimiento, persisten importantes desafíos en la formación profesional del profesorado de educación física para trabajar en contextos inclusivos, especialmente en la atención a personas con discapacidad y otros grupos históricamente marginados. Analizar críticamente la relación entre deporte, inclusión y formación profesional en Educación Física, discutiendo los límites y el potencial de la formación inicial y continua en la construcción de prácticas deportivas inclusivas. Investigación cualitativa, exploratoria y descriptiva, basada en una revisión narrativa de la literatura científica nacional e internacional y el análisis documental de los marcos legales y normativos publicados entre 2019 y 2025. Los estudios analizados muestran que el deporte, cuando es guiado por profesionales cualificados y se basa en principios inclusivos, contribuye significativamente a la participación social, la equidad y la valoración de la diversidad humana. Sin embargo, se identifican brechas estructurales y pedagógicas en la formación profesional en Educación Física, especialmente en lo que respecta a la Educación Física inclusiva y el deporte paralímpico. Se concluye que el fortalecimiento de la formación profesional en Educación Física es una condición indispensable para la implementación de prácticas deportivas inclusivas, lo que requiere currículos más integrados, formación continua sistemática y articulación con las políticas públicas.

Palabras clave: Educación Física; Deporte; Inclusión; Formación profesional.

INTRODUÇÃO

O esporte, enquanto fenômeno sociocultural, pedagógico e político, ocupa posição central no campo da Educação Física contemporânea. Historicamente associado ao rendimento, à competição e à seleção dos mais aptos, o esporte passou, nas últimas décadas, por um processo de ressignificação, ampliando suas funções sociais e educativas. Nesse novo entendimento, o esporte deixa de ser compreendido apenas como prática voltada ao desempenho físico e passa a ser reconhecido como importante instrumento de promoção da saúde, da cidadania, da inclusão social e do desenvolvimento humano.

No campo da Educação Física, essa ampliação conceitual atribui ao esporte um papel estratégico na construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e com o respeito à diversidade. Entretanto, apesar dos avanços teóricos e normativos que sustentam a perspectiva inclusiva, a materialização desses princípios no cotidiano das práticas esportivas ainda encontra entraves significativos, sobretudo quando analisada sob a ótica da inclusão. Em muitos contextos, o esporte continua sendo organizado a partir de modelos excludentes, seletivos e padronizados, que limitam a participação de sujeitos com diferentes características, capacidades e trajetórias sociais.

Esse cenário torna-se ainda mais complexo quando se observa o descompasso existente entre os discursos normativos da educação inclusiva e as práticas efetivamente desenvolvidas por profissionais de Educação Física em escolas, projetos sociais, clubes, academias e políticas públicas de esporte e lazer. Embora os documentos legais e as diretrizes educacionais defendam a inclusão como princípio fundamental, na prática, muitos educadores físicos encontram dificuldades para transformar tais orientações em ações pedagógicas concretas, especialmente no que se refere à atuação com pessoas com deficiência e outros grupos historicamente marginalizados.

Diante dessa realidade, emerge a seguinte problemática de pesquisa: Em que medida a formação profissional em Educação Física tem sido capaz de preparar o educador físico para atuar de forma inclusiva por meio do esporte, considerando as demandas contemporâneas da diversidade humana? Essa questão evidencia que a inclusão no esporte não depende apenas de boa vontade ou de



iniciativas isoladas, mas está diretamente relacionada à qualidade da formação recebida pelos profissionais ao longo de sua trajetória acadêmica e profissional.

Os objetivos específicos da presente pesquisa foram pautados em analisar o esporte como fenômeno sociocultural, pedagógico e político, compreendendo seu potencial como instrumento de promoção da inclusão social, da cidadania e do desenvolvimento humano no âmbito da Educação Física; identificar e discutir os entraves existentes entre os marcos legais e conceituais da educação inclusiva e as práticas esportivas efetivamente desenvolvidas, considerando os diferentes contextos de atuação profissional do educador físico; e examinar criticamente o papel da formação inicial e continuada em Educação Física, avaliando em que medida ela tem preparado o profissional para atuar de forma inclusiva por meio do esporte, à luz das demandas contemporâneas da diversidade humana.

A investigação parte do pressuposto de que a formação profissional exerce papel determinante na consolidação de práticas esportivas inclusivas. A maneira como o esporte é abordado nos currículos de formação inicial, bem como as oportunidades de formação continuada oferecidas aos profissionais, influencia diretamente suas concepções pedagógicas, suas atitudes e suas estratégias de intervenção. Assim, levanta-se a hipótese de que a formação em Educação Física, quando fundamentada em princípios inclusivos, em referenciais críticos e articulada às políticas públicas, potencializa o esporte como instrumento de inclusão social; entretanto, lacunas na formação inicial e continuada limitam essa atuação.

A relevância dessa discussão justifica-se pelo reconhecimento de que o educador físico ocupa posição estratégica na mediação das práticas esportivas. É esse profissional que organiza, planeja e conduz as atividades, sendo responsável por criar ambientes que favoreçam, ou não, a participação de todos. Quando a formação profissional não contempla de forma consistente conteúdos relacionados à inclusão, à diversidade humana e às adaptações pedagógicas, o esporte tende a reproduzir desigualdades, reforçando processos de exclusão já existentes na sociedade.

Nesse contexto, a análise da relação entre esporte, inclusão e formação profissional em Educação Física torna-se fundamental para compreender os limites e as potencialidades das práticas atuais. O presente estudo, ao adotar uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em revisão narrativa da literatura científica nacional e internacional e análise documental de marcos legais e normativos publicados entre 2019 e 2025, busca contribuir para esse debate ao sistematizar conhecimentos e identificar lacunas que ainda persistem no campo.

Ao examinar criticamente o esporte como instrumento de inclusão, os entraves entre teoria e prática e o papel da formação profissional, este trabalho pretende oferecer subsídios para a reflexão acadêmica e para o aprimoramento das práticas pedagógicas em Educação Física. Compreender essas relações é passo essencial para fortalecer uma atuação profissional comprometida com a inclusão, capaz de reconhecer e valorizar a diversidade humana como elemento constitutivo do processo educativo e social.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em revisão narrativa da literatura e análise documental de marcos legais e normativos, considerando o recorte temporal 2019–2025.

A adoção da abordagem qualitativa é adequada porque permite interpretar criticamente fenômenos complexos e socialmente situados, como esporte, inclusão e formação profissional em Educação Física, a partir de seus sentidos socioculturais, políticos e pedagógicos, sem reduzir o debate a mensurações e relações causais lineares. A análise documental é coerente com esse tipo de abordagem, pois compreende documentos como fontes de dados capazes de revelar orientações, pressupostos e tensões institucionais quando examinados de forma sistemática e interpretativa (Bowen, 2009; Lima Junior et al., 2021).



DELINEAMENTO E TIPO DE REVISÃO

O delineamento adotado é o de revisão narrativa, selecionada por sua capacidade de sintetizar e articular criticamente perspectivas teóricas e evidências oriundas de diferentes tradições de pesquisa, favorecendo uma leitura interpretativa e contextualizada do tema.

A literatura metodológica indica que a revisão narrativa, embora não tenha como objetivo central a reprodutibilidade rígida típica de revisões sistemáticas, pode apresentar rigor acadêmico quando explicita com clareza o percurso adotado, incluindo decisões de busca, critérios de seleção, leitura analítica e forma de síntese dos achados (Ogassavara et al., 2025).

Além disso, tipologias de revisões demonstram que diferentes modalidades (por exemplo, narrativa, sistemática e outras sínteses) possuem finalidades, abrangências e níveis de padronização distintos, de modo que a revisão narrativa tende a priorizar relevância teórica e integração interpretativa do conhecimento disponível (Grant & Booth, 2009).

Para sustentar a clareza terminológica e metodológica do estudo, também se considerou a existência de orientações técnicas que descrevem diferenças de conceito, hierarquia e organização entre tipos de revisões, reforçando que a revisão narrativa não opera necessariamente com o mesmo conjunto de exigências procedimentais das revisões sistemáticas, ainda que deva manter transparência no relato (BVS/LILACS, 2021).

Ressalta-se, portanto, que não se trata de revisão sistemática. Desse modo, diretrizes como PRISMA 2020 foram utilizadas apenas como referência geral de qualidade do relato e transparência metodológica, uma vez que tais diretrizes se destinam ao aprimoramento do relato de revisões sistemáticas e não constituem, por si, um manual de condução nem instrumento de avaliação crítica da qualidade dos estudos incluídos (Page et al., 2022).

“SUJEITOS” E UNIDADE DE ANÁLISE: CORPUS TEÓRICO-DOCUMENTAL

Por se tratar de revisão narrativa e análise documental, não há participantes humanos. Os “sujeitos” desta pesquisa são teóricos/documentais, isto é, o estudo analisa produções científicas e documentos normativos como unidades de análise textuais, constituindo um corpus secundário.

Essa estratégia é compatível com a análise documental em pesquisa qualitativa, que compreende documentos como registros produzidos sem intervenção do pesquisador e passíveis de exame sistemático para gerar compreensão, identificar padrões e produzir inferências fundamentadas sobre o fenômeno investigado (Bowen, 2009; Lima Junior et al., 2021).

FONTES DE INFORMAÇÃO E MATERIAIS ANALISADOS

O corpus analisado foi constituído por literatura científica nacional e internacional publicada entre 2019 e 2025, além de documentos legais e normativos do mesmo período, ambos relacionados à temática Esporte, Inclusão e Formação Profissional em Educação Física. No conjunto científico, foram priorizados artigos, revisões e estudos empíricos com aderência direta ao problema investigado, contemplando discussões sobre esporte e inclusão, acessibilidade, paradesporto e processos formativos em Educação Física.

No conjunto documental, foram incluídas legislações, diretrizes e documentos institucionais pertinentes à inclusão educacional e à regulamentação/atuação profissional, pois tais fontes permitem reconhecer orientações oficiais, expectativas normativas e possíveis lacunas entre prescrição e implementação. A análise documental, nesse sentido, é indicada para compreender políticas, diretrizes e marcos institucionais, permitindo evidenciar pressupostos e contradições que atravessam a concretização de práticas inclusivas (Bowen, 2009; Lima Junior et al., 2021).



ESTRATÉGIA DE BUSCA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A busca foi orientada por descritores e combinações relacionadas ao eixo temático do estudo, tais como “esporte”, “inclusão”, “educação física”, “formação profissional”, “paradesporto” e “acessibilidade”, incluindo termos correlatos em português e, quando pertinente, em inglês e espanhol.

O procedimento adotado seguiu a lógica recomendada para revisões narrativas: seleção de materiais por pertinência teórica e capacidade explicativa frente ao problema de pesquisa, com explicitação do percurso de leitura e síntese para fortalecer a transparência do trabalho (Ogassavara et al., 2025). Também foram consideradas orientações técnicas sobre tipologias de revisão, a fim de assegurar consistência conceitual no uso do termo “revisão narrativa” e reduzir ambiguidades metodológicas (Grant & Booth, 2009; BVS/LILACS, 2021).

Os critérios de inclusão contemplaram materiais com aderência explícita ao tema esporte, inclusão e formação profissional em Educação Física, dentro do recorte temporal estabelecido, e documentos normativos relacionados à inclusão e à atuação profissional. Foram excluídos materiais duplicados, textos sem relação direta com o foco investigativo e documentos sem identificação confiável de autoria ou procedência. A explicitação desses critérios atende à recomendação de tornar mais transparente a seleção de materiais em revisões narrativas, reduzindo arbitrariedades não declaradas e permitindo avaliação crítica do leitor (Ogassavara et al., 2025; Grant & Booth, 2009).

PROCEDIMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CORPUS

Após a identificação e seleção, os materiais foram organizados em um banco de leitura, registrando informações essenciais como autoria, ano, tipo de documento, objetivo e contribuição para o tema. Na sequência, realizou-se leitura exploratória para verificar pertinência e delimitar eixos interpretativos, seguida de leitura analítica para extração de conteúdos diretamente vinculados ao problema de pesquisa.

Esse encadeamento de planejamento, seleção, leitura, análise e síntese, é coerente com trilhas metodológicas propostas para revisões narrativas, que enfatizam a importância de explicitar como os textos foram escolhidos, como foram lidos e como se estruturou a síntese interpretativa final (Ogassavara et al., 2025). Complementarmente, o uso de práticas de organização e registro pode ser potencializado por ferramentas digitais, contribuindo para maior sistematicidade no tratamento do corpus e na transparência do percurso (Fornari & Pinho, 2022).

Técnica de Análise dos Dados: Análise de Conteúdo Temática

Para interpretar o corpus, empregou-se análise de conteúdo temática, compreendida como um conjunto de técnicas sistemáticas de interpretação voltadas à produção de inferências e compreensão aprofundada de materiais comunicacionais (textos e documentos). Trata-se de técnica amplamente utilizada em pesquisas qualitativas no campo educacional por permitir examinar conteúdos manifestos e subjacentes, estruturando categorias analíticas que sustentem interpretações consistentes (Dalla Valle & Ferreira, 2025).

O processo analítico foi conduzido de modo articulado: inicialmente realizou-se uma etapa de pré-análise, com leitura flutuante e definição do eixo analítico centrado na relação esporte–inclusão–formação profissional; em seguida, procedeu-se à exploração do material, com codificação e agrupamento temático; por fim, realizou-se o tratamento interpretativo, consolidando categorias e discutindo-as à luz do referencial teórico e dos marcos normativos analisados.

A literatura metodológica ressalta que o rigor na análise de conteúdo depende da organização das etapas e da transparência na construção das categorias, justamente para minimizar riscos de subjetividade excessiva e fortalecer a confiabilidade interpretativa (Dalla Valle & Ferreira, 2025).



Validade, Confiabilidade e Rigor do Estudo

Embora revisões narrativas não busquem reprodutibilidade estrita como finalidade primária, buscou-se rigor metodológico por meio da explicitação do recorte temporal, da descrição do tipo de revisão adotada, da apresentação dos critérios de seleção, da organização do corpus e do uso de técnica analítica reconhecida para interpretação sistemática dos textos.

A análise documental, quando conduzida de maneira sistemática, contribui para robustez interpretativa ao permitir confrontar diretrizes e políticas com a literatura científica, ampliando a compreensão das condições que favorecem ou limitam práticas esportivas inclusivas e a formação profissional para atuar com diversidade (Bowen, 2009; Lima Junior et al., 2021).

Equações e Fórmulas

Esta pesquisa, por sua natureza qualitativa, documental e baseada em revisão narrativa, não demandou o uso de equações ou fórmulas matemáticas, pois não envolveu modelagem quantitativa, testes estatísticos ou cálculos inferenciais.

O foco metodológico foi a interpretação de sentidos e a construção de categorias analíticas, o que é compatível com técnicas qualitativas como análise documental e análise de conteúdo (Bowen, 2009; Dalla Valle & Ferreira, 2025). Para fins de adequação, registra-se que, em pesquisas que necessitem equações (por exemplo, estudos mistos), recomenda-se seguir padrões de apresentação que favoreçam clareza e rastreabilidade do relato metodológico (Page et al., 2022).

Marcador

A organização do relato metodológico foi construída de modo a garantir clareza e rastreabilidade das decisões de pesquisa, uma vez que, em revisões narrativas e estudos documentais, o rigor depende em grande medida da transparência do percurso de seleção, leitura e síntese.

A literatura sobre revisão narrativa recomenda explicitar o encadeamento lógico do processo para que o leitor compreenda como as inferências foram construídas e quais critérios sustentaram a organização do corpus (Ogassavara et al., 2025).

De modo convergente, estudos sobre análise documental e análise de conteúdo destacam que a credibilidade interpretativa aumenta quando o pesquisador descreve sistematicamente as etapas e decisões analíticas, evidenciando como os documentos foram examinados e como as categorias foram constituídas (Bowen, 2009; Dalla Valle & Ferreira, 2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A síntese dos estudos e documentos analisados indica que o esporte é reconhecido como ferramenta relevante de inclusão social, desde que organizado para garantir participação e respeito às diferenças. Evidências de pesquisa sobre acessibilidade em instalações esportivas públicas mostram que atividades físicas e esportivas podem favorecer convívio e respeito, mas a presença de barreiras arquitetônicas e físicas restringe ou impede a participação de pessoas com deficiência, revelando contradições entre o discurso inclusivo e a realidade material dos espaços. Assim, o potencial inclusivo do esporte não se realiza automaticamente: ele depende de infraestrutura acessível e de políticas públicas com padrões de acessibilidade efetivamente implementados. (Santos & Pereira, 2023).

No âmbito escolar, a revisão sistemática sobre paradesporto na Educação Física evidencia que intervenções podem produzir avanços atitudinais em relação às pessoas com deficiência, mas a literatura analisada também aponta lacunas na forma como o paradesporto é trabalhado, sugerindo que o trato pedagógico ainda não contempla dimensões culturais e educativas de modo suficiente. Esse



resultado reforça que inclusão não se resume à presença do conteúdo no currículo; exige planejamento didático, objetivos educacionais claros e mediação docente qualificada. (Fraga & Silva, 2024).

DESCOMPASSO ENTRE MARCOS NORMATIVOS E PRÁTICAS: BARREIRAS ESTRUTURAIS E AMBIENTAIS

Os marcos internacionais afirmam que inclusão e equidade devem orientar mudanças sistêmicas em políticas educacionais e institucionais, superando barreiras ao acesso e à participação. Nesse sentido, o manual da UNESCO enfatiza a necessidade de incorporar inclusão e equidade como princípios estruturantes das políticas educacionais, articulando cultura institucional, práticas e recursos para garantir que todos sejam valorizados e envolvidos. (UNESCO, 2019).

Entretanto, quando se analisam evidências empíricas sobre participação em atividades físicas e esportivas, identifica-se que barreiras ambientais possuem papel relevante no engajamento da população, e que o domínio do lazer é frequentemente atravessado por obstáculos contextuais. Embora não trate exclusivamente de deficiência, a revisão sistemática sobre barreiras e facilitadores para prática de atividade física no Brasil reforça a importância dos fatores ambientais, o que é coerente com a inclusão no esporte: sem ambientes adequados, a participação tende a ser limitada. (Christofolletti et al., 2022).

FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO VARIÁVEL EXPLICATIVA DO DESCOMPASSO

Os achados reforçam que a formação profissional em Educação Física é variável decisiva para compreender por que princípios inclusivos não se convertem plenamente em práticas. Em perspectiva pedagógica, a revisão de escopo sobre Educação Física escolar relacionada à saúde aponta que a mediação docente é central e que a relação Educação Física–saúde deve ser compreendida pela complexidade do trabalho pedagógico. Esse argumento pode ser estendido ao esporte inclusivo: atuar com diversidade exige competências didáticas, leitura de contexto e estratégias de adaptação coerentes com a participação de todos. (Rosas et al., 2024).

No campo do paradesporto, a revisão sistemática indica que, embora ocorram ganhos atitudinais, a dimensão pedagógica e cultural ainda é pouco explorada em parte dos estudos, sugerindo lacunas formativas e metodológicas. Em termos de formação inicial e continuada, isso se traduz na necessidade de ampliar conteúdos e práticas sobre acessibilidade metodológica, adaptações pedagógicas, avaliação centrada em processos e organização de experiências esportivas participativas. (Fraga & Silva, 2024).

Além disso, há evidências de que a qualificação profissional e o exercício regular da profissão também se relacionam a mecanismos legais e institucionais. A Lei nº 14.386/2022 altera a regulamentação profissional e consolida aspectos organizativos e de fiscalização do exercício profissional, reforçando a responsabilidade técnica do profissional habilitado. Complementarmente, comunicação do CONFEF destaca a vigência dessa lei e suas implicações institucionais. Esse conjunto normativo é pertinente ao esporte inclusivo porque práticas inclusivas requerem competência técnica e ética para orientar intervenções seguras em públicos diversos. (Brasil, 2022; CONFEF, 2022).



INTERPRETAÇÃO INTEGRADA: CONFIRMAÇÃO DA HIPÓTESE E RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

Considerando a literatura e os documentos examinados, os resultados sustentam a hipótese do estudo: quando a formação profissional em Educação Física é fundamentada em princípios inclusivos e articulada às políticas públicas, amplia-se a capacidade de utilizar o esporte como instrumento de inclusão social; porém, lacunas estruturais e formativas limitam a efetivação dessas práticas. Isso se evidencia tanto nas barreiras observadas em espaços públicos de esporte e lazer quanto nas lacunas do trato pedagógico do paradesporto no contexto escolar. (Santos & Pereira, 2023; Fraga & Silva, 2024).

Do ponto de vista sistêmico, os marcos internacionais e educacionais apontam que inclusão exige reorganização institucional e superação de obstáculos ao acesso e à participação. Assim, a inclusão pelo esporte demanda convergência entre infraestrutura acessível, mediação pedagógica qualificada e políticas públicas consistentes, o que recoloca a formação inicial e continuada como eixo estruturante para aproximar os discursos normativos das práticas profissionais. (UNESCO, 2019; UNESCO, 1994; Sasaki, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a relação entre esporte, inclusão e formação profissional em Educação Física é complexa, multifacetada e profundamente condicionada por fatores pedagógicos, institucionais e políticos. O objetivo geral da pesquisa, analisar criticamente essa relação, discutindo limites e potencialidades da formação inicial e continuada para a construção de práticas esportivas inclusivas, foi plenamente alcançado, uma vez que a literatura e os documentos examinados evidenciam tanto o potencial transformador do esporte quanto os entraves que ainda limitam sua efetivação como instrumento de inclusão social.

Os resultados indicam que o esporte, quando compreendido para além do rendimento e da competição, pode constituir-se como um importante recurso pedagógico e sociocultural, capaz de promover participação, convivência com a diversidade e desenvolvimento humano. Contudo, essa potencialidade não se concretiza de forma automática. Ao contrário, ela depende diretamente das condições em que as práticas esportivas são organizadas, dos valores que orientam sua condução e, sobretudo, da formação profissional do educador físico responsável por mediar essas experiências.

A pesquisa evidenciou um descompasso persistente entre os marcos legais e conceituais da educação inclusiva e as práticas esportivas efetivamente desenvolvidas em diferentes contextos escolares, comunitários e de políticas públicas de esporte e lazer. Embora documentos internacionais e nacionais afirmem a inclusão como princípio fundamental, a materialização desses pressupostos encontra obstáculos concretos, como barreiras arquitetônicas, ausência de acessibilidade metodológica, fragilidades na gestão dos espaços esportivos e limitações na qualificação profissional. Tais entraves reforçam a compreensão de que a inclusão não se resume à intenção normativa, mas exige ações sistemáticas e estruturais.

Nesse sentido, a formação profissional em Educação Física emerge como variável central para explicar por que o esporte, muitas vezes, não alcança seu potencial inclusivo. A formação inicial ainda apresenta lacunas no trato pedagógico da inclusão, do paradesporto e das adaptações metodológicas necessárias para garantir a participação de todos. De modo semelhante, a formação continuada nem sempre é ofertada de forma sistemática e articulada às demandas reais da prática profissional, o que limita a atualização conceitual e metodológica dos educadores físicos diante da diversidade humana presente nos diferentes contextos de atuação.

A hipótese da pesquisa, de que a formação em Educação Física, quando fundamentada em princípios inclusivos, referenciais críticos e articulada às políticas públicas, potencializa o esporte como instrumento de inclusão social, mas que lacunas formativas limitam essa atuação, foi confirmada pelos achados do estudo. A literatura analisada demonstra que práticas esportivas inclusivas dependem da

capacidade do profissional em planejar, adaptar, avaliar e conduzir atividades que respeitem ritmos, possibilidades e necessidades diversas, o que exige sólida formação pedagógica e ética.

Outro aspecto relevante evidenciado é que a inclusão no esporte deve ser compreendida como responsabilidade coletiva e sistêmica. Não basta qualificar o profissional se persistirem barreiras estruturais nos espaços esportivos ou se as políticas públicas não assegurarem condições adequadas de acessibilidade, financiamento e gestão. Assim, a efetivação do esporte inclusivo demanda articulação entre formação profissional, infraestrutura acessível, marcos regulatórios consistentes e cultura institucional comprometida com os direitos humanos e a equidade.

Dessa forma, este estudo contribui para o campo da Educação Física ao reforçar a necessidade de repensar currículos de formação inicial, ampliando a abordagem da inclusão como eixo transversal, e de fortalecer políticas de formação continuada que dialoguem com os desafios concretos da prática profissional. Além disso, aponta para a importância de pesquisas futuras que investiguem empiricamente intervenções esportivas inclusivas, avaliem impactos pedagógicos e sociais e aprofundem a relação entre esporte, diversidade e formação docente.

O esporte pode, sim, constituir-se como potente instrumento de inclusão social no âmbito da Educação Física, desde que sustentado por formação profissional crítica, acessibilidade em múltiplas dimensões e compromisso institucional com a equidade. Ao reconhecer a diversidade humana como elemento constitutivo do processo educativo e social, a Educação Física fortalece seu papel na construção de uma sociedade mais democrática, justa e inclusiva.

Além disso, esse contexto de investigação permite sintetizar as principais contribuições do estudo, transmitindo aos leitores uma mensagem conclusiva que reafirma a relevância da investigação desenvolvida. Ao destacar suas implicações teóricas e possíveis aplicações práticas, o trabalho evidencia como a análise realizada pode subsidiar reflexões críticas, orientar a formação profissional em Educação Física e contribuir para o aprimoramento de práticas esportivas comprometidas com a inclusão e a valorização da diversidade humana.

REFERÊNCIAS

BOWEN, G. A. (2009). *Document analysis as a qualitative research method*. Qualitative Research Journal, 9(2), 27–40. <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>.

BRASIL. (2022). *A declaração PRISMA 2020: Diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas*. Revista Panamericana de Salud Pública, 46, e112. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.112>.

BRASIL. (2022). *Lei nº 14.386, de 27 de junho de 2022*. Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14386.htm

CHRISTOFOLETTI, M. et al. *Barreiras e facilitadores para a prática de atividade física em diferentes domínios no Brasil: uma revisão sistemática*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 9, p. 3487–3502, 2022. DOI: 10.1590/1413-8123202279.04902022.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. (2019). *Boletim CONFEF nº 261*. <https://www.confef.org.br>

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. (2022). *Nova lei da Educação Física está em vigor*. <https://www.confef.org.br>

DALLA VALLE, P. R., & FERREIRA, J. L. (2025). *Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: Contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação*. *Educação em Revista*, 41, e49377. <https://doi.org/10.1590/0102-469849377>.

FORNARI, L. F., & PINHO, I. (2022). *Revisão da literatura com apoio de ferramentas digitais: Avanços e desafios*. *New Trends in Qualitative Research*, 10, e512. <https://doi.org/10.36367/ntqr.10.2022.e512>

FRAGA, N. F., & SILVA, A. P. S. (2024). *O paradesporto como conteúdo da Educação Física escolar: Uma revisão sistemática*. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 30, e0161. <https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0161>

GRANT, M. J., & BOOTH, A. (2009). *A typology of reviews: An analysis of 14 review types and associated methodologies*. *Health Information & Libraries Journal*, 26(2), 91–108. <https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x>.

LIMA JUNIOR, E. B., OLIVEIRA, G. S., SANTOS, A. C. O., & Schnekenberg, G. F. (2021). *Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa*. *Cadernos da Fucamp*, 20(44), 36–51. <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>.

MANTOAN, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo, SP: Moderna.

OGASSAVARA, D. *et al.* *Trilhas metodológicas para a revisão narrativa: orientações pragmáticas para sua elaboração*. *Ensino & Pesquisa*, v. 23, n. 3, p. 10317, 2025. DOI: 10.33871/23594381.2025.23.3.10317.

ROSAS, R. R. *et al.* *Educação Física escolar relacionada à saúde: uma revisão de escopo dos estudos no Brasil*. *Educação em Revista*, v. 40, e39543, 2024. DOI: 10.1590/0102-469839543.

SANTOS, M. A. G. N., & PEREIRA, M. (2023). *Esporte e inclusão: Um estudo sobre acessibilidade*. *Licere*, 26(1), 176–206. <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2023.45696>.

SASSAKI, R. K. (2009). *Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação*. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, 12, 10–16.

UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>.

*Submetido em março de 2026
Aprovado em abril de 2026*



Informações do(a)s autor(a)(es)

Nome do autor: Rômulo Terminelis da Silva

Grau de escolaridade: Pós-doutorando em Educação, com Ênfase em Educação Física - Logos University. Paris, França,

Afiliação institucional: Logos University International, Unilogos

E-mail: drromuloterminelis@hotmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8911-5880>.

Link Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4752175092618809>.

Nome do autor: Moacir Augusto de Souza

Grau de escolaridade: Doutorando em Educação - Logos University. Paris, França.

Afiliação institucional: Logos University International, Unilogos

E-mail: moacir_roraima@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2843-3310>.

Link Lattes: CV: <https://lattes.cnpq.br/9197794801495155>.